

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS GATOS – PE
CONCURSO PÚBLICO

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

No começo da tarde desta quarta-feira (10), o ministro Joaquim Barbosa foi eleito presidente do Supremo Tribunal Federal. Nove dos dez ministros da Corte votaram em Barbosa, que atualmente é o relator do processo do mensalão. Ele será o primeiro negro a assumir o posto no país.

Pela tradição do STF, a presidência deve ser definida com base no critério antiguidade. Um dos votos foi para o ministro Ricardo Lewandowski. O novo presidente, que cumpre dois anos de mandato, é eleito por meio de um sistema de rodízio entre os integrantes da instituição, permitindo a alternância do poder.

"Eu gostaria de agradecer a todos os colegas pela confiança em eleger-me ao cargo de presidente da corte", afirmou Barbosa. (Revista Época)

1- No texto, há o emprego do vocábulo 'mensalão', termo cunhado recentemente pelo ex-deputado Roberto Jefferson ao denunciar determinada prática realizada ilegalmente com dinheiro de campanhas eleitorais. Assinale a alternativa abaixo que contém uma interpretação verdadeira do significado que o termo tomou no vocabulário da atualidade:

- A. Mensalidade
- B. Mesada
- C. Propina
- D. Crime eleitoral
- E. Golpe político

2- O vocábulo 'mensalão' é formado pelo adjetivo 'mensal' acrescido do sufixo 'ão'. Acerca desse acréscimo assinale a alternativa correta:

- A. O sufixo 'ão' tem valor afetivo na palavra em questão.
- B. Em 'mensalão', o sufixo foi acrescentado pelo seu valor ético.
- C. 'ão' foi empregado incorretamente no vocábulo, pois esse sufixo só pode ser empregado no sentido aumentativo.
- D. O sufixo assume um valor pejorativo.
- E. O sufixo 'ão' é geralmente acrescido a termos que se referem a atos contrários à lei.

3- Segundo o texto, '**Pela tradição do STF, a presidência deve ser definida com base no critério antiguidade.**' Isso quer dizer que o critério de antiguidade:

- A. É uma convenção
- B. É uma obrigatoriedade
- C. É antiquado
- D. É imperativo
- E. É imprevisível

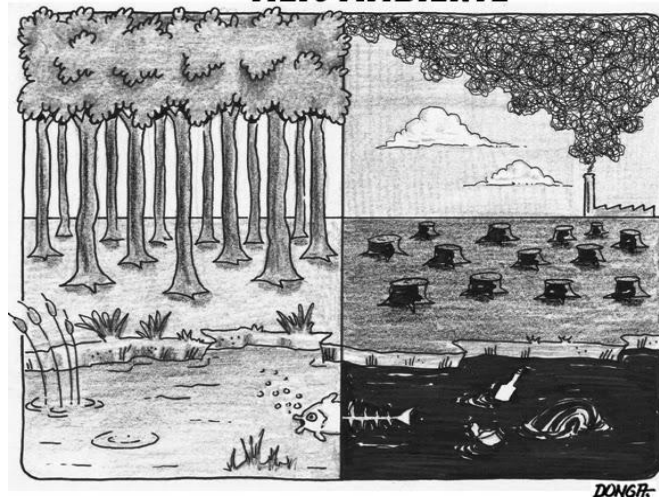
4- '**permitindo a alternância do poder.**'

Assinale a alternativa correta quanto à análise da oração destacada e sua relação com os outros termos do período.

- A. Tem valor de adjetivo, embora não seja introduzida por um pronome relativo.

- B. Não pode ser classificada como oração, pois o verbo está numa forma nominal.
- C. É uma oração e acrescenta uma informação suplementar a um termo já explícito.
- D. Não é uma oração e funciona como complemento a um nome reafirmado em termo anterior.
- E. Apenas seria oração se estivesse na forma reduzida de infinitivo.

MEIO AMBIENTE



5- Assinale a alternativa correta acerca das intenções do autor do texto:

- A. O leitor comum seria incapaz de identificar os elementos de crítica apenas observando as imagens.
- B. A imagem formada por duas partes de certo modo antagônicas é a chave de leitura do contexto criado para criticar a devastação da natureza.
- C. A divisão da imagem em duas partes deixa clara a ação que a evolução das espécies, inclusive da humana, teve no planeta até o momento presente.
- D. Numa charge o contexto é tudo. Por isso, o diálogo entre público alvo e conhecimento de mundo se estabelece de maneira precária no texto acima.
- E. Criticar a ação do homem é o elemento desencadeador da produção do autor. Isso fica claro quando vemos o elemento humano em total destaque na imagem acima.



Quino, Mafalda 2. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

6- Qual a alternativa correta acerca do humor no texto?

- A. O humor acontece já no primeiro quadrinho, quando um dos falantes faz uma proposta inusitada ao outro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS GATOS – PE
CONCURSO PÚBLICO

- B. Dá-se pela incapacidade que os interlocutores apresentam em utilizar o código (a língua portuguesa).
- C. Há expressões que foram empregadas fora do seu sentido ‘de dicionário’, o que dificulta o alcance do humor pelo autor do texto.
- D. Na verdade, o humor se dá apenas pelo contexto incomum em que ocorre a ação, muito mais do que pelo emprego da linguagem.
- E. Ele ocorre pelo deslocamento da expressão de seu sentido habitual.

7- A ideia central do texto está na oposição entre dois conceitos. São eles:

- A. Humor e crítica
- B. Comédia e tragédia
- C. Senso crítico e senso comum
- D. Conotação e Denotação
- E. Linguagem Verbal e Não- Verbal

8- Na construção: ‘Se eu fosse a cultura, saltava do veículo e ia a pé.’ Observe o emprego dos verbos sublinhados em relação ao período como um todo e assinale a alternativa correta:

- A. Estão no pretérito perfeito e indicam que a ação verbal só se realizará se a condição se der anteriormente.
- B. Estão no pretérito perfeito e indicam que a ação verbal se situa posteriormente à condição.
- C. Estão no futuro do pretérito e indicam que a ação verbal é posterior à condição.
- D. Estão no pretérito imperfeito e é comum a substituição desse tempo pelo condicional, principalmente na conversação informal.
- E. Estão no pretérito imperfeito e é comum a substituição do condicional por esse tempo, sobretudo na oralidade.

9- ‘Se eu fosse a cultura, saltava do veículo e ia a pé.’ Qual a alternativa correta quanto à relação estabelecida entre as orações do período acima?

- A. A primeira oração estabelece relação de condição com a imediatamente posterior, porém a seguinte é independente do período.
- B. A primeira oração estabelece relação de condição com as outras duas.
- C. A última oração é coordenada, por isso não depende da conjunção da oração anterior para introduzi-la.
- D. As três orações são independentes e apenas se relacionam subordinadamente.
- E. A duas orações do período são subordinadas e estabelecem entre si uma relação de coordenação.

OBAMA, QUEM DIRIA, É CERVEJEIRO!

Presidente usa cerveja apenas para angariar simpatizantes e trabalhar seu marketing político ou realmente é um apreciador?

Seja por uma inteligente ação de marketing para aumentar a popularidade, seja porque realmente gosta, a verdade é que nos últimos tempos o presidente norte-americano Barack Obama

vem aparecendo constantemente com um belo copo de cerveja nas mãos. E não são copos modestos!

Preparando terreno para as próximas eleições e após ver sua popularidade perder força recentemente, o presidente pode estar usando a boa e velha cerveja como forma de ganhar novamente a simpatia do eleitor americano. Além disso, seu principal opositor, Mitt Romney, é totalmente careta. O candidato da oposição para a presidência dos Estados Unidos é mórmon, religião com duríssimas restrições à bebida alcoólica.

Ou seja, se Obama gosta ou não de uma boa cerveja, possivelmente não se questiona.

10- Por que o emprego da vírgula é obrigatório no título: OBAMA, QUEM DIRIA, É CERVEJEIRO!

- A. Para separar uma oração intercalada entre o sujeito e o predicado da oração.
- B. Para isolar o aposto.
- C. Para destacar um vocativo.
- D. Para isolar uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- E. Para isolar uma oração subordinada adjetiva explicativa.

11 - Qual dos trechos abaixo reitera a dúvida sobre o gosto de Barack Obama por cerveja?

- A. ‘Obama vem aparecendo constantemente com um belo copo de cerveja nas mãos.’
- B. ‘não são copos modestos!’
- C. ‘Seja por uma inteligente ação de marketing para aumentar a popularidade, seja porque realmente gosta...’
- D. ‘Preparando terreno para as próximas eleições e após ver sua popularidade perder força recentemente’
- E. ‘seu principal opositor, Mitt Romney, é totalmente careta.’

12- Em qual das alternativas está um texto que foi alterado e agora contém um erro de concordância?

- A. Mesmo concorrendo com o registro negado pela Lei da Ficha Limpa e outros problemas, como falta de documentos e atraso em pagamento de multas, quase 6 mil candidatos receberam 3,4 milhões de voto nas eleições de domingo passado.
- B. Levantamento do **Congresso em Foco** baseado em informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra que boa parte dos candidatos barrados por decisões judiciais ainda estão sub júdice, esperando a análise de um recurso para reverter a decisão inicial.
- C. O candidato mais votado entre os que concorreram com registro barrado é Celso Giglio (PSDB). Deputado estadual, ele disputou a prefeitura de Osasco contra outros cinco candidatos.
- D. Seu principal adversário foi Jorge Lapas (PT), que substituiu o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) na corrida.
- E. Cunha desistiu de concorrer após ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por peculato, corrupção passiva e lavagem de dinheiro no processo do mensalão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS GATOS – PE
CONCURSO PÚBLICO

O amor à distância

Os brasileiros estão ficando cada vez mais móveis. Nascem em uma cidade, estudam em outra cidade, arranjam trabalho (quando arranjam trabalho) numa terceira, numa quarta, numa quinta cidade. Uma situação que repercute nas amizades, na relação com parentes e até na vida dos casais. Não é raro hoje que homem e mulher passem algum tempo, às vezes um longo tempo, separados. No caso de gente jovem, esta situação pode resultar de vestibular: o rapaz vai cursar a faculdade num lugar, a moça em outro. Curiosamente, problemas também surgem quando os dois fazem vestibular para uma mesma faculdade. A Folha de São Paulo publicou uma matéria a respeito, mostrando os conflitos que emergem quando o casalzinho está disputando uma vaga. Um psicoterapeuta foi ouvido a respeito e acabou confessando que ele próprio terminara um relacionamento quando, ao contrário da namorada, passara no vestibular: “Eu não tinha com quem comemorar.”.

Mesmo quando os dois podem comemorar juntos, a perspectiva de uma separação geográfica não é agradável. Verdade que no passado, quando a comunicação e as viagens eram difíceis, isto era ainda pior. Frequentemente a paixão dependia da correspondência, do correio. Cartas de amor acabaram fazendo história, e isto foi o que aconteceu com os tristemente famosos amantes do século doze, Abelardo e Heloísa.

13- Segundo o texto:

- A. O brasileiro, ao longo do tempo passou a sentir dificuldade de fixar-se em um único lugar até quando encontra trabalho.
- B. Faculdade, trabalho e casamento não impedem que o brasileiro crie empecilhos à própria mobilidade.
- C. A mobilidade do brasileiro é um fato, e interfere o aspecto emocional dos envolvidos.
- D. Um psicoterapeuta usou sua experiência de vida para retificar a ideia de que a disputa por uma mesma vaga numa universidade pode separar um casal.
- E. Para ilustrar uma história do século XII, o texto cita exemplos atuais.

14- Assinale a alternativa em que a mudança na estrutura da frase não mudou o sentido que a mesma tem no texto acima:

- A. Às vezes homem e mulher passam algum tempo separados e não é raro que o passem juntos.
- B. No caso de gente jovem, esta situação pode resultar num vestibular.
- C. Ao mesmo tempo, problemas surgem quando os dois fazem vestibular para uma mesma faculdade.
- D. A perspectiva de uma separação geográfica não é agradável se os dois podem comemorar juntos.
- E. Quando a comunicação e as viagens eram difíceis, isto era ainda pior de se perceber.

15- “Mesmo quando os dois podem comemorar juntos, a perspectiva de uma separação geográfica não é agradável.”

A expressão sublinhada pode ser substituída por qual dos termos abaixo, sem que haja alteração de sentido ou correção gramatical?

- A. A iminência
- B. A inexistência
- C. O retrocesso
- D. O propósito
- E. A atrocidade

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16- O habeas corpus pode ser classificado em:

- A. Resolutivo ou reativo.
- B. Suspensivo ou relativo.
- C. Individual ou coletivo.
- D. Liberatório ou preventivo.
- E. Próprio ou difuso.

17- São características do poder constituinte originário, EXCETO:

- A. É Inicial
- B. É Autônomo
- C. É Incondicionado
- D. Tem a Nação como seu sujeito
- E. É inseparável de uma ordem estatutária pré-estabelecida.

18- Procura ordenar as ações do governo (federal, estadual e municipal) que levem ao cumprimento das metas fixadas para um período de quatro anos. Seus elementos essenciais são o planejamento estratégico, compreendendo a avaliação da situação atual e perspectivas para desenvolver ações futuras e continuadas, e os programas, definindo as ações que propiciarão o alcance dos objetivos de governo.

Esta é a definição de:

- A. Diretrizes Orçamentárias
- B. Plano Plurianual de Ações
- C. Plano de Carreira
- D. Plano orçamentário
- E. Diretrizes administrativas anuais

19- São todos aqueles que se vinculam ao Estado, ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico único da entidade estatal a que servem. Atuam em relação de emprego, com retribuição pecuniária.

Esta é a definição de:

- A. Agentes políticos
- B. Agentes honoríficos
- C. Agentes delegados
- D. Agentes administrativos
- E. Agentes credenciados

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS GATOS – PE
CONCURSO PÚBLICO

20- Segundo a Lei 8429/92, Da Declaração de Bens é INCORRETO afirmar:

- A. Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- B. § 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
- C. § 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- D. § 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- E. Art. 14. O declarante, a critério já fixados por Lei anterior, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2º do Artigo 13.

21- Relato de Caso: U.I.S., 42 anos, Masculino, Servidor Público, foi promovido no dia 12/04/11 a uma cargo mais alto. Desta forma, com relação ao antigo cargo ocorreu uma:

- A. Extinção
- B. Retração
- C. Vacância
- D. Remanejamento
- E. Promoção

22- Segundo o Código Penal Brasileiro, Art. 293 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo requer pena de:

- A. Reclusão, de 1 ano a 8 anos, e multa.
- B. Reclusão, de 2 a 8 anos, e multa.
- C. Reclusão, de 1 ano a 3 anos, e multa.
- D. Reclusão, de 1 ano a 5 anos, e multa.
- E. Reclusão, de 2 a 5 anos, e multa.

23- Sobre o processo legislativo, pode-se afirmar que caso o veto não seja mantido, o projeto será enviado, para promulgação à (ao):

- A. Câmara dos Deputados
- B. Presidente da República
- C. Senado Federal
- D. Mesa do Congresso Nacional
- E. Supremo Tribunal Federal

24- Sobre Poder de Polícia é INCORRETO afirmar:

- A. Deriva do antigo conceito de "boa ordem da sociedade", imposta pelo Estado Império, passando ao "Estado de Polícia", no período de influência da nacional socialista alemã.
- B. Não se limita a assegurar a ordem pública.
- C. Está obrigatoriamente interligado às normas constitucionais.
- D. É uma obrigação jurídica, apenas, de cuidar do interesse público.
- E. Cabe ao Estado responder nas esferas civil, penal e administrativa, por sua omissão e ineficiência.

25- Sobre a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, é INCORRETO afirmar:

- A. Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, no prazo de seis meses da vigência desta Lei, dispor de novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de modo a assegurar: I - a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério; II - o estímulo ao trabalho em sala de aula; III - a melhoria da qualidade do ensino.
- B. § 1º Os novos planos de carreira e remuneração do magistério deverão contemplar investimentos na capacitação dos professores leigos, os quais passarão a integrar quadro em extinção, de duração de três anos.
- C. § 2º Aos professores leigos é assegurado prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes.
- D. § 3º A habilitação a que se refere o parágrafo anterior é condição para ingresso no quadro permanente da carreira conforme os novos planos de carreira e remuneração.
- E. Art. 10. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar: I - efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal; II - apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação, no prazo referido no artigo anterior; III - fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de elaboração de indicadores educacionais.

26- De acordo com a Constituição Federal, Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

- A. I - independência nacional;
- B. II - prevalência dos direitos humanos;
- C. III - autodeterminação dos povos;
- D. IV - não-intervenção;
- E. V - a dignidade da pessoa humana.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS GATOS – PE
CONCURSO PÚBLICO

27- Quanto a Lei Nº 10.028/00, que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. "Art. 359-B. Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei;" (AC). Pena:

- A. Detenção, de 1 ano a 2 anos.
- B. Detenção, de 3 meses a 1 ano.
- C. Detenção, de 6 meses a 2 anos.
- D. Detenção, de 6 meses a 1 ano.
- E. Detenção, de 6 meses a 3 anos.

28. A Constituição de Pernambuco, CAPÍTULO II, DO PODER LEGISLATIVO, afirma em seu Art. 9º - Os Deputados não poderão desde a expedição do diploma:

- A. Ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- B. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- C. Ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, ou empresa concessionária de serviço público;
- D. Patrocinar causa em que seja interessada qualquer pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, ou empresa concessionária de serviço público;
- E. Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

29- Inclui-se no Capítulo III da Lei Complementar 101/00 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. EXCETO:

- A. Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- B. Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos.
- C. Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos dois anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

D. § 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

E. § 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

30- A Lei Nº 8.137/90 que Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências; Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária sob pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas, EXCETO:

- A. Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;
- B. Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
- C. Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;
- D. Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;
- E. Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

31- Referente à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública é INCORRETO afirmar:

- A. Contribuição Municipal (Contribuição de Iluminação Pública - variável de acordo com cada domicílio).
- B. Previsto no artigo 149-A da Constituição Federal do Brasil de 1988 que estabelece, entre as competências dos municípios, dispor, conforme lei específica aprovada pela Câmara Municipal, à forma de cobrança e a base de cálculo da Contribuição.
- C. É atribuída ao Poder Público Municipal toda e qualquer responsabilidade pela operacionalização e manutenção das instalações de iluminação pública.
- D. A concessionária apenas arrecada a referida contribuição de iluminação pública e repassa para os respectivos municípios.
- E. A CIP é a principal fonte de recursos para a ampliação dos pontos de iluminação pública, aumento do potencial de Iluminação já instalado, manutenção e pagamento do consumo da Iluminação Pública.

32- Sobre o Mandado de Segurança, apresentado na Lei Nº12.016/09 é INCORRETO afirmar:

- A. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS GATOS – PE
CONCURSO PÚBLICO

- B. Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- C. Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.
- D. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15 dias, quando notificado judicialmente.
- E. Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.

33- A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. Nesse sentido, é facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- A. I - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; II - parcelamento ou edificação compulsórios; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;
- B. I - parcelamento compulsório da propriedade; II - majoração de cinquenta por cento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo até o limite de duzentos por cento; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública municipal, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;
- C. I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;
- D. I - majoração de cinquenta por cento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo até o limite de duzentos por cento; II - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos,

em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

- E. I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; sem, contudo, haver a possibilidade de desapropriação do imóvel diante da absolutividade do direito de propriedade e sua oponibilidade *erga omnes*.

34- Ao receber a petição inicial, o juiz irá examinar se ela atende a todos os requisitos da lei. Se faltar qualquer um deles ou se a petição estiver insuficientemente instruída, o juiz apontará a falta e dará o prazo de quantos dias para que o autor a emende ou a complete? (art. 284/CPC).

- A. 5 dias
- B. 10 dias
- C. 15 dias
- D. 20 dias
- E. 30 dias

35- Do Código de Processo Civil, CAPÍTULO I Da Capacidade Processual, Art. 12. Serão representados em juízo, ativa e passivamente, EXCETO:

- A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores;
- B. O Município, por seu Prefeito ou procurador;
- C. A massa falida, pelo síndico;
- D. A herança jacente ou vacante, por seu curador;
- E. O espólio, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil.

36- Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, EXCETO:

- A. Moratória;
- B. A prescrição e a decadência;
- C. O depósito do seu montante integral;
- D. As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
- E. A concessão de medida liminar em mandado de segurança.

37- A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor:

- I. Sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado;
- II. Tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação;
- III. Caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens;
- IV. Contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio;
- V. Possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem quarenta por cento do seu patrimônio conhecido.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS GATOS – PE
CONCURSO PÚBLICO

Estão CORRETAS:

- A. II, III
- B. III, IV, V
- C. I, III, IV, V
- D. I, II, III, IV
- E. I, II, IV

38- O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em _____ anos para o trabalhador urbano, até o limite de ____ anos após a extinção do contrato.

A alternativa que preenche corretamente e respectivamente as lacunas é:

- A. 5 e 2
- B. 3 e 1
- C. 6 e 2
- D. 5 e 1
- E. 4 e 2

39- Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado (Código Penal, artigo 6º). Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos em território estrangeiro, os crimes, EXCETO:

- A. Contra a vida ou a liberdade do presidente da República;
- B. Contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- C. Contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
- D. De genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;
- E. Praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí sejam ou não julgados.

40- Tício, secretário de finanças do município “X”, por ser amigo de longa data de Mévio, prestador de serviços, e visando facilitar a situação de seu amigo que enfrentava dificuldades com a carga tributária municipal, concedeu a este benefício fiscal, sem, contudo, atender ao devido procedimento legal. Com base na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e sabendo que Tício não percebeu qualquer vantagem econômica em razão desta prática, sua conduta configurou:

- A. Ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, podendo estar sujeito à perda da função pública e ressarcimento integral do dano;
- B. Ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, podendo estar sujeito à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos;
- C. Ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, podendo estar sujeito à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos;

- D. Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, podendo estar sujeito à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e ressarcimento integral do dano;
- E. Ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, podendo estar sujeito à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.